

O debate paradigmático na geografia agrária brasileira e paulista.

Munir Jorge Felício
UNESP- PRESIDENTE PRUDENTE munir@unoeste.br

Resumo

Pretendemos compreender como se deu a disputa paradigmática entre duas correntes teóricas, a saber: a do capitalismo agrário e a da questão agrária no decorrer do desenvolvimento do pensamento da geografia agrária no Brasil e como essa disputa se faz presente hoje nos grupos de pesquisa no Estado de São Paulo.

Conhecer essa disputa paradigmática é importante, pois nela estão presentes as diversas orientações epistemológicas, as principais influências filosóficas e as concepções científicas que construirão o modo de pensar dos geógrafos agrários. Pretendemos verificar como tais influências atingem os grupos de pesquisa em geografia agrária hoje nas diversas instituições públicas ou privadas quando desenvolvem suas pesquisas analisando a agricultura paulista e/ou nacional.

Está previsto nesse projeto de pesquisa a elaboração de um banco de dados que serão catalogados a partir das produções dos grupos de pesquisa no Estado de São Paulo.

O presente trabalho inicia com um resgate histórico com dupla contribuição: primeiro com a compreensão do desenvolvimento do pensamento da geografia agrária no Brasil e, segundo, na percepção deste desenvolvimento dos indícios de uma disputa paradigmática entre dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário, que ficou mais bem estabelecida a partir da década de 1990.

Palavras-chaves: pesquisas; disputas paradigmáticas; questão agrária

I História do Pensamento da Geografia Agrária no Brasil.

O presente trabalho inicia com um resgate histórico com dupla contribuição: primeiro com a compreensão do desenvolvimento do pensamento da geografia agrária no Brasil e, segundo, na percepção deste desenvolvimento dos indícios de uma disputa paradigmática entre dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário, que ficou mais bem estabelecida a partir da década de 1990. Esses indícios encontram ressonância no trabalho de sociologia rural no qual Mendras (1967/1992) defende a tese do desaparecimento do campesinato por causa do avanço do capitalismo na agricultura. Essa tese ampliará sua defesa no trabalho de Abramovay (1990) segundo a qual o camponês dará lugar ao agricultor familiar pela sua integração no mercado racionalizando ao máximo sua produção e deixando de ser um simples produtor de subsistência de economia incompleta.

Conhecer essa disputa paradigmática é importante, pois nela estão presente as diversas orientações epistemológicas, as principais influências filosóficas e as concepções científicas que constroem tanto o modo de pensar dos geógrafos como determinam políticas de desenvolvimento rural. Antes, porém, convém estabelecermos distinções entre pensamento geográfico, geografia, paradigma e corrente teórica.

Moraes (1999) e Bray (1999) entendem que o pensamento geográfico tem como meta explícita analisar os temas geográficos presentes em outros tipos de representações discursivas (na literatura, nos discursos políticos e em outras disciplinas), enquanto que a geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico em suas multidimensionalidades.

A corrente teórica é formada por concepções de vida, de ser humano e de mundo que direcionam o modo de pensar através dos seus conceitos fundamentais priorizando determinados enfoques em detrimentos de outros. O positivismo, a fenomenologia e o marxismo estão entre as principais correntes teóricas do pensamento contemporâneo. Desta forma, o paradigma é formado por conjuntos de correntes teóricas coerentes que são utilizadas para explicar a realidade compreendendo seus problemas e sugerindo soluções.

Utilizar o conceito de paradigma significa, de acordo com Kuhn (1962/2007; 2000/2006), compreender o movimento do conhecimento por meio da transformação da realidade. Assim, o movimento da realidade exige o contínuo processo de construção do conhecimento desenvolvido por um paradigma até ser superado por outro. As correntes

teóricas de um paradigma possuem conceitos fundamentais que determinam o caráter da investigação científica no desenvolvimento do pensamento, como se fossem trilhos, como se fossem túneis. Assim, entende Freire-Maia:

Os paradigmas representam conjuntos de conceitos fundamentais que, num dado momento determinam o caráter da descoberta científica. São como túneis que, pela sua posição, direção, diâmetro, etc., orientam o encaminhamento das pesquisas realizadas pelos que se acham em seu interior (2000, p.103).

Saussure (1997) define como paradigma o agrupamento de elementos similares que se associam na memória e que assim formam conjuntos. O encadeamento desses elementos denomina-se sintagma. As referências mais importantes no estudo do paradigma estão expostas nas duas obras de Kuhn (1962/2007; 2000/2006). Nelas encontramos várias definições de paradigma que aparecem no seu estudo cuja finalidade é compreender a natureza da ciência. Kuhn distingue dois tipos de desenvolvimento científico, o normal e o revolucionário. O normal progride adicionando conhecimento ao acervo científico num processo acumulativo. O revolucionário progride pela ruptura dos limites dos conceitos que até então estavam em uso, alterando o “modo como se pensa, e se descreve, algum conjunto de fenômenos naturais” (KUHN, 2000/2006, p. 25).

Antes de retornarmos ao resgate histórico do desenvolvimento do pensamento da geografia agrária convém estabelecermos algumas considerações sobre o campo de estudo da Geografia Agrária. Para Migliorini (1950. p. 1072) a Geografia Agrária se desmembrou da Geografia Econômica e se distingue desta pelo interesse na “avaliação da produção e suas eventuais modificações, a maior ou menor conveniência de certas culturas, a influencia dos mercados, têm uma importância não somente teórica como também prática”. Por conseguinte, no campo de estudo da Geografia Agrária estão o exame dos fatores naturais fundamentais para a agricultura; a importância da presença e atuação do ser humano no estudo da paisagem agrária; os impactos do uso da técnica e da organização agrícola alterando continuamente o espaço agrário e, por fim, a avaliação da produção e do seu respectivo consumo. Esta é uma geografia com forte influência da economia.

No resgate histórico que faremos estudando o desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro veremos os indícios de uma disputa entre o paradigma da questão agrária (PQA) nos trabalhos de Andrade (1964) e Valverde (1964) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA) nos trabalhos de Sá Junior (1973), Graziano Silva (1981).

Andrade (1964) ao analisar a estrutura agrária e as relações de produção no campo brasileiro aborda o problema das relações de trabalho entre os proprietários de terra e os trabalhadores sem terras no Nordeste visando elucidar as correlações das relações existentes entre os sistemas de exploração da terra e as condições do meio rural. Seguindo a mesma iniciativa de Andrade (1964) nossa leitura priorizará a pessoa do trabalhador sem terra e, por conseguinte, organizaremos essa prioridade em quatro núcleos: a origem da miséria do trabalhador sem terra; a exploração do trabalhador sem terra, trabalho familiar e regime de mutirão e a resistência camponesa:

1. **A origem da miséria do trabalhador sem terra:** o latifúndio constitui um dos componentes que compõe a origem da miséria do trabalhador sem terra do Nordeste e do Brasil. Ele estrutura-se desde 1710 pelo regime sesmarial no qual concessão de terras era feita pelo Estado às famílias com influências e prestígios palacianos. Contudo, as outras famílias por não terem a mesma influência e o mesmo prestígio eram obrigadas a colocarem-se sob a proteção destes grãos senhores. Eram foreiros, posseiros, vaqueiros, muitos deles eram escravos, lutando em condições desiguais com os poderosos senhores que recebiam doações de terras como mercê por favores prestados, ou pela amizade ou ainda pela influência junto aos governadores gerais.

Corroborando com os argumentos apresentados por Andrade (1964) os de Hirano (1988) segundo o qual o regime sesmarial de concessão de terras legitima e garante esta sociedade estamental de rígida hierarquização social e a consolidação do estado patrimonial como demonstrou Faoro (1958/2005).

2. **A exploração do trabalhador sem terra:** a agricultura que no início da colonização do Nordeste era apenas de subsistência transformou-se alterando as relações sociais. Do plantio da cana de açúcar em regime de parceria passa-se para o desenvolvimento de outros produtos como o café, por exemplo, que a partir de 1840 chega a ser exportado, após abastecer o mercado interno. “Formou-se a pequena nobreza dos cafezais” (ANDRADE, 1964, p. 189). O algodão do Vale do Pajeú “atravessava as caatingas por caminhos com mais de uma centena de léguas em demanda no Porto do Recife, de onde seguia para ser beneficiado nos teares ingleses”

(ANDRADE, 1964, p. 189). O regime de parceria deu lugar ao trabalho assalariado e, por causa disso, o trabalhador abandonou a cultura de subsistência que até então lhe garantia os alimentos. O salário pago aos trabalhadores obedecia a lei da oferta e da procura sofrendo também com as oscilações do mercado internacional devido o produto do trabalho ser exportado.

3. **Trabalho familiar e regime de mutirão:** com a queda da procura do algodão no mercado internacional os trabalhadores sem terra foram abandonados pelos senhores das terras. Desta forma, os trabalhadores sem terra faziam os seus roçados para obter tanto o produto comercial por excelência- o algodão- como produtos alimentícios. Em mutirão e com o trabalho familiar eles desenvolveram culturas como feijão, milho, jerimum, melancia, mandioca e algodão. O chefe da família além de cuidar do seu roçado trabalhava em troca de salário nas grandes e médias propriedades. Esse salário garantia a aquisição da farinha “que constituía com a caça do preá, sobretudo, o alimento cotidiano” (ANDRADE, 1964, p. 190). Com a venda do algodão o pobre trabalhador adquiria roupas e utensílios para a família. “Este era o *modus vivendi* do trabalhador sertanejo sem terra nas áreas de caatinga até quase os nossos dias” (ANDRADE, 1964, p. 192).
4. **A resistência camponesa:** a partir de 1950 as famílias camponesas se organizam para buscar solução afim de que 75% desse contingente populacional deixe de passar fome todos os dias do ano. Esse projeto de resistência camponesa recusa a pseudo-solução proposta pelo Estado para o problema agrário regional através da colonização (SUDENE e C.R.C.). “Ora, não é possível modificar as bases de um sistema de organização econômica e social senão mediante métodos revolucionários” (ANDRADE, 1964, p. 244). Foi neste contexto que essas famílias fundam as Ligas Camponesas as quais “em 1960 já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrou-se rapidamente pela Paraíba onde surgiram grandes núcleos...” (ANDRADE, 1964, p. 248).

Para Valverde (1964, p. 21) a geografia agrária constitui “um estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e a interpretação de suas causas”. Para compreender a análise que Valverde (1964) faz, nas quais estão presentes as teses defendidas pelo paradigma da questão agrária, organizaremos nossa leitura em três núcleos: o modelo exportador de matéria prima, o sistema de trabalho subordinado e a precarização das condições do trabalho camponês. A compreensão em torno desses três núcleos advém da análise feita por Valverde (1964) da coleta comercial da borracha; do babaçu e da cera de carnaúba.

O modelo exportador de matéria prima: ao analisar a exploração agrícola da borracha na Amazônia, da coleta do babaçu no Maranhão e Piauí e de carnaúba no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte Valverde (1964) o faz a partir do destino final destes produtos: a exportação. Trata-se de fornecer a matéria prima que as indústrias americanas, européias, japonesas e outras, estavam solicitando para o seu desenvolvimento. Desta feita, a utilização industrial da borracha, em larga escala, deve-se à descoberta da vulcanização em 1844 por Goodyear e Hayward nos Estados Unidos e Inglaterra (VALVERDE, 1964, p.270-272). Em 1874 os ingleses adquiriram a CIA de Navegação do Amazonas para formar a Amazon River Steam Navigation Co. o que permitiu aos capitalistas ingleses auferir lucros elevados e seguros durante todo o período áureo da borracha.

A extração do óleo comestível das amêndoas do babaçu foi impulsionada a partir da Primeira Guerra Mundial, como explica Valverde (1964, p.299):

Só a partir da Primeira Guerra Mundial, a carência aguda de óleos vegetais, nos grandes mercados da Europa e América do Norte, acarretou uma subida nos preços, uma expansão das áreas de cultivo de oleoginosas.[...] Esta deve ter sido a causa fundamental do povoamento do médio vale do Mearim, que se processou depois da Primeira Guerra Mundial, empreendido principalmente por cearenses e piauienses. O município de Bacabal, por exemplo, foi criado em 1920.

A cera de carnaúba extraída dos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte “é vendida para Fortaleza e Natal, de onde é exportada para os Estados Unidos, Europa e Japão” (VALVERDE, 1964, p. 340). São três produtos nativos característicos da Região Norte do Brasil devido a fatores climáticos, solos alcalinos, ricos em cálcio e com abundante lençol freático. A extração do látex da seringueira explica o padrão da distribuição demográfica na Amazônia.

A borracha natural é extraída da seringueira, do caucho e da balata que são plantas típicas da hiléia amazônica devido ao clima úmido, árido ou semi-árido. A

palmeira do babaçu propicia uma ampla utilização dos seus produtos. De suas amêndoas extrai o óleo comestível, sabão, glicerina, chocolate, piche, plásticos, alcatrão, velas e tortas para alimentação do gado. A extração do palmito para alimentação humana e ração para bovinos e suínos. O tronco da palmeira é utilizado para construção de casas, bem como, a confecção de capachos, escovas e carvão ativado como combustível.

Praticamente todas as partes de que compõe a palmeira de carnaúba é aproveitável além do seu produto principal: a cera. Da sua palma é feito balaios, coberturas para casas, chapéus, vassouras; a sua madeira é matéria prima para telhados e madeiramentos; do seu palmito se faz alimentação humana e para suínos e sua raiz é empregada na farmacopéia regional (VALVERDE, 1964, p. 321). Da cera de carnaúba sai velas, vernizes, tintas, graxas, lubrificantes, bem como a preparação de filmes, papel carbono, couros, encerados, emplastos, sabonetes, fósforos, isolantes para cabos elétricos, discos fonográficos, pintura de automóveis, pastas de polimentos e também ácido pícrico utilizado na fabricação da pólvora. Analisando o valor econômico¹ da cera de carnaúba, Valverde (1964, p.322) esclarece que “a grande procura que a cera de carnaúba tem no mercado internacional, em concorrência com outras ceras, advém, sobretudo de duas propriedades físicas: a sua dureza e o seu elevado ponto de fusão (83 a 86° C), superiores aos das demais”.

Sá Junior (1973) quer esclarecer por que o Nordeste, com sua organização econômica tradicionalmente arcaica, tem feito crescer sua produção agrícola na década de 1960-1970 a uma taxa bastante alta, igualando ou até mesmo superando os índices de outras regiões do país. Com uma base empírica de coleta de dados que compreende o período de 1946 a 1964 ele estuda o movimento mais geral da reprodução do sistema capitalista no Brasil. Assim,

O trabalho inicia-se mostrando o crescimento surpreendente dos níveis de produção desde o fim da Seca de 1958 até os anos recentes, apesar do comportamento desfavorável dos preços dos produtos exportáveis. Em seguida, passa-se ao exame das principais características da estrutura das relações de produção vigentes nas atividades agrícolas da região (SA JR, 1973, p. 91).

Para melhor compreender a análise que o autor faz da produção agrícola do Nordeste e identificarmos, nessa análise, as teses defendidas pelo paradigma do

¹ Valverde postula a necessidade de o geógrafo fazer incursões no campo da economia para poder compreender o lugar e a importância do desenvolvimento de determinado produto.

capitalismo agrário dividiremos seu estudo em três abordagens: a pequena e a grande produção, o mecanismo de preços e a estrutura fundiária.

A pequena e a grande produção: a região do Nordeste na qual Sá Jr. (1973) analisa a produção agrícola abrange os estados do Maranhão, Piauí, R.G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Essa produção é feita pela coexistência de duas agriculturas: a comercial e a de subsistência. A comercial ou a grande produção desenvolve culturas industriais, culturas de matérias-primas destinadas ao mercado externo. A agricultura de subsistência desenvolve as culturas alimentares destinadas ao mercado interno conforme explica Sá Jr. (1973 107):

A formação histórica da economia regional selecionou para as atividades de exportação as melhores terras e favoreceu um processo de concentração de renda e da propriedade que resultou na atrofia do mercado interno e, conseqüentemente, na marginalização das atividades de subsistência. Estas, ou funcionam como atividades subsidiárias dentro das próprias unidades produtivas voltadas para a exportação ou, quando se desvinculam do latifúndio, lhes sobram terras de menor fertilidade e mais difícil acesso, nas quais se estabelecem em unidades produtivas de tamanho familiar.

A produção de algodão, feijão, milho, mandioca, arroz e tubérculos destinada ao mercado interno é realizada por agricultores que vivem em redor do nível de subsistência, sejam eles trabalhadores sem terras – rendeiros, parceiros ou moradores – ou proprietários minifundistas, pois,

[...] só produz alimentos aquele que não tiver recursos para mudar de atividade. Se melhorasse o nível de vida dos agricultores, essa melhoria se transformaria, possivelmente, num efeito de substituição da produção de alimentos por outras mais vantajosas. Nesse sentido, pode-se dizer que é a miséria dos agricultores e a preservação do minifúndio que asseguram o abastecimento das feiras e dos armazéns (SA JR., 1973, p. 130).

A estrutura produtiva que relega a produção de alimentos um papel subsidiário a pequenos produtores desprovidos de recursos e de poder de barganha para defender seus interesses é responsável pela manutenção de um mecanismo de preços que funciona como sucção da renda do trabalho como veremos a seguir.

Mecanismo de preços: as culturas alimentares no Nordeste como em algumas outras áreas do Brasil não são atividades desenvolvidas por empresas em grandes faixas de terras férteis, nos latifúndios. São atividades de subsistência desenvolvidas em pequenas faixas de terras e, também, nos minifúndios, embora enviem seus excedentes

para o mercado interno. A transferência de excedentes para o mercado interno é feita obedecendo a lógica de um mecanismo de preços desenvolvido pela ação dos atravessadores, dos intermediários que são os antigos proprietários que arrendam suas terras para trabalhadores autônomos, como explica Sá Jr. (1973, p. 129):

É freqüente encontrar-se proprietários que abandonam a exploração direta de sua propriedade, arrendando-a no todo ou parceladamente a trabalhadores autônomos. Estes costumam produzir principalmente para o seu próprio consumo e o de sua família. O pequeno excedente é muitas vezes comercializado por intermediário do proprietário que, por ocasião da safra, desconta os empréstimos feitos para a manutenção dos arrendatários. Esta é a maneira usual através da qual o proprietário deixa de ser agricultor e assume a nova função de comerciante-atravesador.

Sem nenhum poder de barganha os produtores de alimentos estão adstritos ao esquema que não permite seu crescimento, principalmente se considerar que, por falta de recursos, muitas vezes são obrigados a vender sua produção “na folha” canalizando a melhor lucratividade para aqueles que, por terem capital, adquirem sua produção antecipando o pagamento. Sendo assim, os pequenos agricultores sejam eles minifundistas, parceiros, moradores, arrendatários, entre outros, necessitam destes empréstimos para se manterem no período que vai do plantio à colheita suportando juros extorcivos e quase sempre com o compromisso de vender a quem lhe emprestou por preço fixado na ocasião do empréstimo que é quase sempre inferior ao preço da praça. Na interpretação de Sá Jr. (1973, p. 142) esse mecanismo de preço além de ser um mecanismo de sucção da renda do trabalho mantém as relações de produção em relativo equilíbrio.

Na economia nordestina, a estrutura encontra-se em equilíbrio, através de um mecanismo de sucção de renda do trabalho (preços baixos ao produtor, por um lado, renda da terra que absorve quase todo o excedente do rendimento, por outro, e ainda salários baixíssimos por tarefa, no caso dos assalariados), mas que não induz efeito depressivo ou desestimulante sobre os níveis de produção e renda global da região. O mecanismo funciona de tal forma que não só permite, mas provoca mesmo, um aumento do esforço produtivo global, possibilitando que as relações de produção se mantenham em relativo equilíbrio.

São explicações como essas apresentadas por Sá Jr. (1973) que, segundo seu entendimento, possibilita o aumento da produtividade agrícola verificada no Nordeste a partir de 1954 esvaziando totalmente os argumentos que justificariam a Reforma Agrária por ser ela, dentro desse contexto, uma necessidade superada (Sá Jr., 1973, p. 92) já que o conteúdo das relações internas no minifúndio é plenamente capitalista como se verá a seguir.

A estrutura fundiária: a co-existência das duas formas de exploração da terra estudada anteriormente configura um sistema de dependência mútua como condição de consolidação e de desenvolvimento, como procura expor Sá Jr. (1973, p. 144-145):

Se considerarmos o caso do latifúndio como empresa monocultora, a relação que ela mantém com o minifúndio é mais no sentido estrutural do que propriamente no de abastecimento direto de mão-de-obra e alimentos. É que subsiste um vínculo de dependência recíproca, através do padrão de relações de produção que decorre da convivência dos dois tipos de exploração. [...] É a dependência que subsiste entre o grande estabelecimento e o minifúndio que tem assegurado a sobrevivência tanto do latifúndio como do minifúndio. Qualquer um deles só se mantém enquanto tal na medida em que o outro subsista. [...] É por isso que duvidamos que o problema do latifúndio possa ser enfrentado com êxito através de reivindicações dos próprios trabalhadores, no sentido da observância do Estatuto do Trabalhador Rural.

Esses argumentos são utilizados para defender a obsolência da Reforma Agrária, pois, além de não ser necessária ela geraria desequilíbrio na estrutura fundiária que, como está, é eficiente do ponto de vista da produção e do abastecimento como entende Sá Jr. (1973, p. 130):

É por isso que certas “reformas agrárias” que se poderiam realizar, teriam um efeito contraproducente sobre a produção, o abastecimento e a eficiência da agricultura, a não ser que se atingisse um número tão elevado de agricultores, que implicasse em alterar sensivelmente a forma de produção vigente na lavoura de alimentos. Sem essa transformação qualitativa, o impacto quantitativo se diluiria.

Conduzida por essa seqüência coerente de raciocínio, a manutenção do minifúndio com a expansão da economia de subsistência no entendimento de Sá Jr. (1973) pertencem à lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura e não é um regresso parcial ao pré-capitalismo, pois,

O vínculo que o minifúndio mantém com o sistema capitalista não se esgota na relação entre o minifúndio e o latifúndio. A expansão dos minifúndios, com suas atividades de subsistência, não assume, apesar da aparência, um caráter pré-capitalista, nem indica um regresso parcial ao pré-capitalismo. Somente a forma das relações internas de produção do minifúndio não é capitalística; seu conteúdo é plenamente capitalista, revelando a flexibilidade que possui o sistema para adaptar-se às diversas situações. Para assimilar as características do subdesenvolvimento, o sistema capitalista é forçado a revestir-se de múltiplas faces, com as quais torna-se capaz de manter seu domínio sobre as formas mais diversas de exploração agrícola, delas retirando o máximo que puder de excedente, para alimentar sua máquina de acumulação e concentração de capital.

Assim, Sá Junior (1973) procura esclarecer por que o Nordeste, com sua organização econômica tradicionalmente arcaica, têm feito crescer sua produção agrícola. Em seu estudo estão presentes as teses defendidas pelo capitalismo agrário como a manutenção da concentração de terras explicando e justificando a existência do latifúndio como monocultura exportadora e do minifúndio como produtor de alimentos. O equilíbrio dessa estrutura fundiária não admite a Reforma Agrária, pois além de desnecessária é obsoleta e, por conseguinte, está superada. Quanto ao mecanismo de sucção da renda da terra e do trabalho do camponês ele é inerente ao desenvolvimento do modo capitalista de produção cuja produtividade é enaltecida e fala por si mesma.

Graziano Silva (1981) é outro autor que estudaremos em cujas abordagens estão as defesas das teses do paradigma do capitalismo agrário. Para entender a questão agrária no Brasil, Graziano Silva (1981) procura estudar o significado da dominação do capitalismo na agricultura e as contradições geradas pelo seu desenvolvimento. Dividiremos em três núcleos a nossa leitura: o papel da pequena produção na agricultura brasileira, a reprodução camponesa como reprodução do próprio capital e o modelo concentrador de terras.

O papel da pequena produção na agricultura brasileira: a pequena produção no passado da agricultura brasileira tinha como sua principal função a de ser produtora de alimentos para o maior projeto que estava assentado na grande produção que por si mesma exigia grandes faixas de terras. Assim explica Graziano Silva (1981, p. 37) que “a produção de alimentos no Brasil, exceto alguns casos particulares, não tem sido atrativa para o capital, na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pouco ou nada rentável”.

Graziano Silva (1981, p. 139-140) explica que o desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura e que no período pós-guerra a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada. Essas transformações externas provocaram alterações internas à pequena produção modificando profundamente o papel que esta desempenhava na agricultura brasileira. Em 1º lugar deixa de ser produtora de subsistência e passa a produzir fundamentalmente para o mercado. Em 2º lugar passa a ser compradora de insumos industriais por imposição do capital industrial e comercial. Em 3º lugar o de ser responsável por um maior endividamento da agricultura e em 4º como reserva de braços para as atividades capitalistas. Assim,

[...] o importante é compreender que o campesinato inserido no modo de produção capitalista, do qual estamos tratando, não guarda senão uma semelhança formal com o “camponês livre e independente”, que porventura tenha existido em datas pretéritas (GRAZIANO SILVA, 1981, p. 132).

A reprodução camponesa como reprodução do próprio capital: Graziano Silva (1981) entende que a reprodução camponesa só pode se dar como desenvolvimento do próprio capital que a recria de acordo com os seus interesses. Desta forma a reprodução camponesa é parte do avanço global do capital que se “apresenta extremamente atrelada a esse circuito sob formas variadas (GRAZIANO SILVA, 1981, 130)”. Desta forma a condição de sobrevivência do camponês como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas, insumos químicos, etc.

[...] a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como uma forma adequada (em determinadas circunstâncias e momentos concretos) ao movimento da acumulação. Em outras palavras, a “reprodução camponesa” não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um “novo camponês”, que nada mais é do que um trabalhador para o capital (Wanderley, 1979) (GRAZIANO SILVA, 1981, 131).

A reprodução camponesa como parte das transformações da agricultura brasileira representa a sua adequação ao sistema capitalista por integrar também o próprio capital quer como compradora de suas mercadorias, quer como fornecedora dos meios de produção de que o capital necessita.

O modelo concentrador de terras: na análise de Graziano Silva (1981) o avanço do capitalismo no campo brasileiro encontrou uma estrutura agrária concentrada e se desenvolveu nela aumentando ainda mais essa concentração, ao mesmo tempo em que provocou uma transformação interna via relações de produção (1981, p. 47) que

permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. A forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes e o próprio Estado, segundo Graziano Silva (1981, p. 39), criou mecanismos para favorecer a capitalização da grande propriedade. Desta forma, o que Graziano Silva procura mostrar

É que a estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos 1960), mas houve uma transformação interna – ao nível das relações de produção – que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Ou seja, houve simultaneamente:

- a. Um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;
- b. Uma integração maior da agricultura ao circuito global da economia, não apenas como compradora de bens de consumo industriais: houve também o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial. (GRAZIANO SILVA, 1981, p. 47).

Por outro lado, pela capacidade que possui de expandir sua fronteira agrícola, diferente do que acontece nas nações europeias, o Brasil possibilita a expansão da produção agrícola sem necessidade de redistribuir a propriedade agrária, como explica Graziano Silva (1981, p. 54-55):

Isso significa basicamente que a possibilidade de multiplicação da pequena propriedade só se materializa por ocasião da expansão da fronteira agrícola, sendo posteriormente engolida quando da consolidação da estrutura agrária nessas regiões, em função do movimento de ascensão cíclica da economia.

A dinâmica da recriação/destruição da pequena propriedade, portanto, é mais ou menos o seguinte: na fase da subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais do País, ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil cresceu sempre a taxas superiores às das pequenas no período 1965-1975.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas, 1990. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BRAY, Silvio Carlos, **Da técnica das palavras chaves à História do Pensamento Geográfico**, in: **I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, IGCE-RIO CLARO, Unesp, 1999, p. 3-16.

DINIZ, J.A.F., **A renovação da Geografia Agrária no Brasil**. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, SIMPÓSIO RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPC, 1973. p. 29-81.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Ed. Globo, 5ª reimp., 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90**. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Rio Claro: IGCE-Cp. de Rio Claro-UNESP, 389 p., 1998.

FREIRE – MAIA, Newton. **A Ciência por dentro**. 6ª edição, Petrópolis: Vozes, 2000.

HIRANO, Sedi. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9ª edição, 1ª reimp., São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUHN, Thomas S. **O caminho desde a Estrutura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LOPES, Juarez R.B. **Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)**. Estudos do Cebrap nº.22, Petrópolis: Vozes, p. 41-110, 1977.

MENDRAS, Henri. **La fin des pausans**. Paris: Actes Sud, 1967/1992.

MIGLIORINI, Elio. **A Geografia Agrária no quadro da Ciência Geográfica** in: *Boletim Geográfico*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano VIII, nº. 93, 1950.

MORAES, Antonio Carlos R. **História Social da Geografia no Brasil: elementos para uma agenda de pesquisa**, in: **I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, IGCE-RIO CLARO, Unesp, 1999, p. 17-23.

OLIVEIRA, A.U. **Agricultura e indústria no Brasil**. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nr. 58, setembro de 1981, AGB, p. 5-63.

SÁ Jr., F. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência**. In: *Estudos Cebrap*. São Paulo, 3, p. 87-148, 1973.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1997.

SERVOLIN, C. **A Absorção da agricultura no modo de produção capitalista**. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 45, n. 3-4, p. 425-39, 1983.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.

VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro, INEP, vol 1, 1964.

VALVERDE, Orlando. **Metodologia da Geografia Agrária**. In: *Reflexões sobre a geografia*. São Paulo, AGB, 1980, p. 53-80.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O camponês: um trabalhador para o capital**.

Grupo de Estudos Agrário da Unicamp, Campinas: Unicamp, 1979.